

HABEAS CORPUS Nº 501.896 - RN (2019/0092563-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : GIVANILDO GOMES E OUTRO
ADVOGADOS : WALDIR CALDAS RODRIGUES - MT006591
GIVANILDO GOMES - MT0126350
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : VILEDA DOERL NETA DE MACEDO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VILEDA DOERL NETA DE MACEDO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Depreende-se dos autos que a paciente, denunciada como incurso no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, teve sua prisão preventiva decretada pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Santa Cruz (RN) durante a sessão plenária do Júri, em 13/2/2019 (e-STJ fl. 92).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem alegando que a paciente sofre constrangimento ilegal em razão da falta de fundamentos idôneos justificadores da prisão preventiva. Acrescentou que a paciente respondeu ao processo criminal em liberdade por fatos ocorridos há mais de 17 anos.

Contudo, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 138/139):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. EMENTA: HABEAS . SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. CORPUS 121, § 2º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. REQUISITOS DA CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE CARACTERIZADOS. CONFIGURADO O INTUITO DE PROLONGAR A MARCHA PROCESSUAL POR MAIS DE 17 (DEZESSETE) ANOS POR MEIO DE INÚMEROS PEDIDOS DE ADIAMENTO DO JULGAMENTO E RENÚNCIAS DOS CAUSÍDICOS. DEMONSTRADA GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA PRATICADA. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO

ILEGAL. CONHECIMENTO E DENEGAÇÃO DA ORDEM. CONSONÂNCIA COM O PARECER DO 27º PROMOTOR DE JUSTIÇA, EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL NA 14ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa que a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente carece de fundamentação idônea em razão da ausência de contemporaneidade, dado que o fato ocorreu há 17 anos e a agente permaneceu em liberdade por todo esse período (e-STJ fl. 8).

Acrescenta que a prisão foi decretada tão somente como forma de retaliação à atuação da defesa (e-STJ fl. 13).

Aduz não ter sido demonstrada a ineficácia da aplicação das medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ fl. 16).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor da paciente. Eventualmente, pleiteia a substituição por medida cautelar diversa (e-STJ fls. 17/18).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

